

GAZETA MERCANTIL

Pacote tem lado bom

José Luiz Rodrigues *

O pacote fiscal de novembro teve o mérito de acordar o Congresso Nacional para a necessidade urgente de aprovação das reformas administrativa, previdenciária, tributária e trabalhista, como forma de garantir a estabilidade da moeda e viabilizar o crescimento sustentado da economia brasileira.

As primeiras respostas positivas vieram com a aprovação imediata da reforma administrativa pela Câmara dos Deputados e a realização de sessões legislativas em fim de semana para discutir questões fundamentais ao ajuste econômico.

Além de cobrar o esforço legislativo, o governo faz o dever de casa, com medidas unilaterais. De um lado, cabe aplaudir os esforços para cortar os próprios gastos. De outro, apesar da antipatia popular, busca aumentar a arrecadação fiscal, com elevação de impostos e dos preços dos combustíveis. Mas só as reformas estruturais garantirão o ajuste macroeconômico para a retomada

do crescimento, com a redução do chamado Custo Brasil, a começar pelas taxas de juros.

O brusco aumento do custo do dinheiro pré-pacote tem impacto sobre todos os brasileiros. Como maior tomador de recursos do mercado, o governo sente na carne o aumento dos encargos de sua dívida colossal. Os empresários vêem nuvens sombrias sobre os seus negócios e o cidadão comum sabe que os preços finais de bens e serviços incorporam maiores custos financeiros e a queda das vendas acentua o risco de desemprego. Portanto, é imprescindível que o governo obtenha ajuda do Congresso para promover o rápido ajuste fiscal e criar condições para a redução dos juros, ainda nos primeiros meses do próximo ano.

O sistema financeiro também perde com o impacto negativo dos juros sobre a atividade

econômica e a ampliação da inadimplência. Analistas do mercado de capitais prevêem queda da rentabilidade do setor e o preço das ações dos bancos reflete essas projeções, com retração acima da média das cotações dos principais papéis negociados nas bolsas de valores.

Os bancos sofrem, como os demais setores da economia, os efeitos dos desequilíbrios fiscal e cambial e trabalham pela consolidação da estabilidade da moeda. O sucesso do Real viabilizou a ampliação da oferta de crédito, com juros menores e prazos maiores, inclusive com a internalização maciça de recursos externos. O esforço fiscal com a aprovação de reformas tende a devolver a confiança interna e externa no processo de estabilização para que a economia brasileira retome o seu curso normal, com ganhos de produção e de produtividade, já verificados nos primeiros três anos e meio de Real.

As reformas precisam vir logo

para que, antes de mais nada, o governo pare de acumular seguidos e crescentes déficits de caixa e deixe de frear o se-

O sistema financeiro também perde com o impacto negativo dos juros sobre a atividade econômica

tor produtivo. Na etapa seguinte, o governo deve dar contribuição positiva para a geração de renda e emprego, com o incentivo natural da redução do Custo Brasil, através de uma carga tributária mais justa e uma política monetária que de fato viabilize a produção. Caso contrário, os sacrifícios impostos pelo pacote de novembro a todos os brasileiros serão em vão.

A nação deu crédito ao governo na implantação da nova moeda, por acreditar nos benefícios da estabilização. A confiança persiste e cobra de todos os brasileiros conscientização e união para que se viabilizem as medidas capazes de colocar o Brasil a salvo do furacão que assola países pobres, emergentes e ricos.

* Presidente da Associação dos Bancos no Distrito Federal (ASSBAN)